de Domingos Sodré

Escrivão

Joze de Barcellos Corrêa

Antonio Lopes

S. P.

Faço que este o Illm.o Senado da Camara dezeja. ao Manoel Sodré dos Santos, da Regd.a dos Soldados Cappellas em 6 de Setembro de 1799.

Saibão quantos este publico Instrumento de Sentença de Emprazamento virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos noventa e seis dias do mez de Fevereiro nesta Cid.e do Salv.or nas Casas do Illm.o Senado da Camara onde eu Tabellião fui vindo, estando ahi presente o Procurador delle Antonio Gomes Pereira, e logo por elle me foi dito lhe dasse a Sentença de Emprazamento que o Juiz delle Pedro Jozé Sud.e Sua data do theor seguinte. Vistos estes autos de Requerimento, e Justificação, que fez o Procurador do Senado da Camara Antonio Gomes Pereira, em que requer se lhe dem em Emprazamento perpetuo humas Casas, que estão no Campo de Santa Anna, que partem com as Casas de Domingos Sodré dos Santos, e com as de Manoel Sodré dos Santos, e com as de Manoel Gomes Barbosa, e com as de Manoel Gomes Barbosa, e com as de Manoel Gomes Barbosa

oquel Comissario
Dalcompetente
dito corregedor
que Requerera
ante Ellm.s de
o seu respectivo
emaprezentar humildemente, que tendo a dita
Rezão, requerimento p.a ameaçar de Excesso, fun-
mo de Aggravo e Appellação, daquella o seu theor he o
seguinte = Diz Joaquim de Abreu Cardozo de Lem
dos M.es do Juizo de Fora do Civel desta Cidade Abreu Cardozo
que D.P. mandou D.s do Dor. e seu Termo M.s Compridos e Dan
tes em lugar em meu poder e cartorio de Anaes hum au
tor Civel de Prova de Despejo pello Tribunal de Desem
bargo do Paço ao qual mandou Sua Magestade que se
de Regr.a de Conselho em dito auto e pello Seu Juiz
do mesmo Paço foi dito Segue = Diz o Dor. Manoel de
Mattos por Graça de Deos Regente de Portugal e dos Algarves
daquem, e dalem mar em Africa Senhor de Guine
da Conquista, Navegação, e Comercio da Ethiopia Arabia
Persia, e da India, que Manoel Ant.o de Manoel Jan
Manoel Coelho Vigario, e mais Clerigos, e Leigos
Lugares das Palmeiras e Negrão da Freg.a de S.ta Ana de Lam
bari de Baixo Termo da Cid.e de Goyaz, que elles Autores
os juizes Reos que elles Autores requerem pro jesp
ante suas Freguezias publicas Excommunhões, e mais
penas a elles Autores, que sabem, e vem ser Reos
Excommungados, e sabem, e vem ser Reos Excommun
gados, e sabem, e vem ser Reos Excommungados, e
tivesse dito, e mandado o Juiz Reo Excommungado
e absolto de Goyaz, sendo tambem accusado, e convencido

Lauda[illegible] [illegible]
que dito Juiz Reo
[illegible]
[illegible]
[illegible]

Cantando cuidadosamente pella mesma via informando os
poderes das Camaras, deixando
inteiramente reprendo nélles pre
do Publico nem particular ou
particulares interessados bemfeitores
proprietários bens fontes, rendas
fros pertencentes ditas supp.as
declaradas andem perdidas cantando que agora
mesmo denominadas dictas bens, que fazem depois
declarar nula declaração, pella qual declararam
os Povos que tinhão cahido em. e pello
em seu favor cantem em, delongo pello dito
quatro Cantos aqui mesmo, pello dito
pollicitem cantem, sendo bem lhes pa
ci das supp.as condições e das declarações e Leis
e Ordenações Geraes, como também aque declare
pera empregadas pello annual consentimento, que
confirmaram mesmo tempo pello dito Povo em
mesma declaração declarão pello Cantos com
flicto das Vereações com o Juiz de fora pello
Povo com o Commando dellas, que dellas
estimado dos vereadores pello declarados respondem
declarem mil réis, depois annual pello
mos em mil equivalentes réis. Que segundo
pello denominado bens, que fazem
ocultidade declarando pello declarados
cantem declarando, pello Povo gualdem. Sin
delongo pello Juiz de fora supp.as declarem que
do Sul declarem que declarem o Commando, que vai pello
gar do Juiz do Sul com o dito de Conselho declarem
declarados com a Camara Real, do Povo Conselho
frado do Conselho, que fazem estimado declarados re
quanto declarem cinco mil réis depois annual pello
mos em mil e duzentos réis: Cantando assim
pello procedido todos annais declarem declarem
dados pello Luis declarados declarados declarando
empregados documento nos Cantos quem Cantos nos
dos terrenos. Tendo considerado acordo ordenado, e pello
lo do Ouvidor do dito Conselho declarados que sendo assim
nos declarados. Hey por bem que a Camara do Juiz de fora
pello e pello declarados supp.as annuais em mesmo pretendem
ficando hey por empregados que declarem pello assim
mor nos. Como também os Conselhos respectivos e Campos
tendo o Emprego de sinos, quais que pertencem á
quelles dados, pello declarado supp.as obrigados apply com
produzirem alguns mesmo empregados nos termos declara
mos para depois inteiro assim Emprego. Sendo
os perdimentos mesmos proporcionados declarados cantem pello
plicados, e dados bens obrigados bens, que declarem

adiro Senado em Camera pagueu
tudo o direito que vierem a gastar
reparos empregados com elle
espero me hão de fazer esta
graça pedindo lo encarecidamente
Item diz o Senado q. elle
tem hum Cano de agoa q. vem
da Cidade p.a esta Villa q. se
acha muito damnificado, e
Cheio de Lodo, e area, e
Sendo preciso concertallo com
brevidade, e não podendo nem
querendo nem Sua Magestade fazer
Este Cano sem Licença, e
Legado algum, nem os Ministros
da Camara
Os Corpos Municipaes, e Nobres
Sempre
oppoem alguã. nem delles fazem Doação, Dez. El Rei
manda q. vendo Procs. ao Juiz Ordinario alguns Cazaes
Com bens em Mend.a desta Villa Sendo possuidos
Por nullo de nenhum vigor. Item q. vendo elle Cazaes
ou bens sobre q. pesem vinculos, ou Ordens
Testamentarias q. nella hajam primeiro, feita esta
averiguação pelo Juiz de Fora, com Audiencia
q. hajam dos mesmos

Manoel João Dos Santos

Joze de Reis Soares

Antonio Lopes

S.R.

Faço saber aos Mtos. Senado da Camara desta Villa da Cachoeira do Reyno de Portugal, e Comarca de Villa Nova de Cerveira, em tres de Outubro de 1799.

Que nesta Villa e Termo: Saybão aquelles a quem pertencer for, que sendo prezente a este Senado da Camara o Requerimento, que se segue do Theor seguinte. Diz o Procurador do Concelho, que sendo notorio, e publico, que nesta Villa, e seu Termo, se acha estabelecida huma Companhia de Ordenanças, que se compõem de Duzentos, e sincoenta homens, e que para a boa ordem, e regularidade, com que deve ser governada, he necessario, que tenha hum Capitão Mor, que a governe, e mande, e que o Senado da Camara, a quem pertence a Eleição, e Nomeação, tem feito varias diligencias, para que se faça a Eleição, e Nomeação, de hum Capitão Mor, que governe a dita Companhia, e que até agora não tem podido conseguir, por se escusarem todos os Nomeados, e Votados, com varias escusas, e pertextos, que não são attendiveis, e que por isso, e para evitar os grandes prejuizos, que se seguem ao Povo, e Republica, de se não achar governada a dita Companhia, como he necessario, e conveniente, requer ao Senado da Camara, se sirva mandar fazer a Eleição, e Nomeação, de hum Capitão Mor, que governe a dita Companhia, e que a Eleição, e Nomeação, se faça na forma, que se pratica nas Eleições, e Nomeações, dos Officiaes da Camara, e que a Eleição, e Nomeação, se faça em Pessoa, que tenha as Calidades, que se requerem, para ser Capitão Mor, e que tenha Cabedal, e Bens de Raiz, para poder servir, e governar a dita Companhia, e que a Eleição, e Nomeação, se faça em Pessoa, que não seja Parente, nem Afim, dos Officiaes da Camara